SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

DIVULGAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS ANEXOS

2º TRIMESTRE 2019

2019

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
2º Trimestre de 2019

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

REITOR:
Aécio José Araújo Passos Duarte

PRO REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO:
Leonardo Carneiro Lapa

DIRETORIA DE ORÇAMENTO:
Diogo Soares de Melo Magalhães

DIRETORIA ADMINISTRATIVA:
José Virolli Chaves

COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE:
Eron Paz Rosado

EQUIPE TÉCNICA:
Alda Resende P. Borges de Jesus
Alisson Eduardo Caetano dos Anjos Conceição
Fernanda Souza Costa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

NOTAS EXPLICATIVAS

1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano – é uma autarquia do Poder Executivo, sendo administração indireta vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), criado nos termos da Lei n.º11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Até 2014, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano tinha uma unidade da administração central, a Reitoria, e 10 (dez) campi em pleno funcionamento, ofertando cursos em diferentes níveis e modalidades. Em 2015, somou-se às outras dez unidades o campus Serrinha, Em 2016 os campi Alagoinhas, Itaberaba e Xique-Xique completaram essa etapa de expansão. Assim, o IF Baiano é uma rede composta de 14 campi e da Reitoria, conforme abaixo:

Órgão 26404-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano:

CAMPUS	CNPJ
158129 - IF BAIANO-REITORIA	10724903000179
154579 - IFBAIANO VALENÇA	10724903000926
154580 - IFBAIANO ITAPETINGA	10724903000764
154581 - IFBAIANO T. FREITAS	10724903000845
154617 - IFBAIANO URUÇUCA	10724903001060
154618 - IFBAIANO G. MANGABE	10724903001140
151889 – IFBAIANO B.J. LAPA	10724903000683
158277 – IFBAIANO SANTA INES	10724903000250
158435 – IFBAIANO SENHOR BONFIM	10724903000330
158442 – IFBAIANO GUANAMBI	10724903000411
158443 – IFBAIANO CATU	10724903000500
155821 – IFBAIANO SERRINHA	10724903001221
155884 – IFBAIANOS ITABERABA	10724903001302
155885- IFBAIANO XIQUE-XIQUE	10724903001493
155891- IFBAIANO ALAGOINHAS	10724903001574

2 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS AS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO (IF BAIANO)

As Demonstrações Contábeis do Órgão IF Baiano, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI. As Demonstrações Contábeis são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que é o sistema responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial da União. As DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras (UG) subordinada ao Órgão.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômica - financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

I. Balanço Patrimonial (BP);
II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
III. Balanço Orçamentário (BO);
IV. Balanço Financeiro (BF);
V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

Na consolidação das demonstrações contábeis do IF Baiano, são utilizados critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as UGs que compõem o OFSS, visto que essas formam o ente econômico Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano).

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP.

Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza "Intra", visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

3 – RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreendem três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da IF Baiano, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP:

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras. A moeda funcional da União é o Real, sendo utilizado a mesma moeda pelo Órgão.

(b) Caixa e equivalentes de caixa. Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo. São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques. Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o PEPS (Primeiro que Entra Primeiro que Sai). Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo PEPS.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado. O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(h) Intangível. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o

montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(i) Diferido Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo será amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007.

(j) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis. A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(l) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet. O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(m) Passivos circulantes e não circulantes. As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações. (p) Empréstimos e financiamentos.

(n) Ajustes de Exercícios Anteriores. Ressalta-se a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da

mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

(o) Restos a Pagar. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte ("resíduos passivos"); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (http://portal.tcu.gov.br/). Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios:

I. Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) foi avaliada pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas;

II. Dívida Pública Federal Externa (DPFe) foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

(p) Provisões. As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

(q) Benefícios a empregados. Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo

regime de competência. Na União, existem benefícios oriundos de planos de contribuição definida (Planos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp, por exemplo) e de benefício definido (Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, por exemplo). Nos planos de contribuição definida, os riscos atuarial e dos investimentos são dos participantes. Como não há nenhum risco para a União, consequentemente assim para o Òrgão, não é realizado nenhum cálculo atuarial.

Nos planos de benefício definido, os riscos atuarial e dos investimentos recaem parcial ou integralmente para a União. A contabilização dos custos de tais planos exige a mensuração das obrigações atuariais, podendo gerar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassar o valor dos ativos do plano de benefícios, ou um ativo, na situação inversa.

Na União, têm sido realizados e contabilizados os riscos atuarial e dos investimentos relacionados com o RPPS dos servidores civis da União.

(r) Ativos e passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

(s) Apuração do resultado. No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial;
II. Orçamentário; e
III. Financeiro.

(s.1) Resultado patrimonial. A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o Instituto e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ao Instituto, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(s.2) Resultado orçamentário. O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit / déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

(s.3) Resultado financeiro. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Órgão.

No Balanço Financeiro,é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do Instituto, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Salienta-se que esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas, podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

4 – NOTAS EXPLICATIVAS 2 º TRIMESTRE – BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidência, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. No Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. (MCASP, parte V, 7 ed. 2017).

Do total do Ativo, 86,06% concentra-se no Ativo Não Circulante, onde o imobilizado tem a maior representatividade. No 2º trimestre de 2019, o Órgão apresentou um aumento de 2,83% do seu Ativo Total em relação ao final do 4º trimestre de 2018. Este aumento foi mais representativa no grupo Ativo Circulante, mais acentuada no subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, decorrentes de Adiantamento Concedidos a Pessoal (13º salários e férias).

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo :

Tabela: Composição do Ativo:

COMPOSIÇÃO ATIVO	JUNHO/2019	DEZEMBRO/2018	AV%	AH%
ATIVO CIRCULANTE	36.811.287,86	30.146.491,18	13,94	22,11
ATIVO NÃO CIRCULANTE	227.236.387,02	226.634.116,43	86,06	0,27
TOTAL DO ATIVO	264.047.674,88	256.780.607,61	100,00	2,83

Fonte: Siafi 2019,2018.

4.1 - Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios:

(a) disponibilidade para realização imediata ou
(b) possui expectativa de realização até doze meses da data da demonstração contábil.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo Circulante:

Tabela: Composição Ativo Circulante:

COMPOSIÇÃO ATIVO CIRCULANTE	JUNHO/2019	DEZEMBRO/2018	AV%	AH%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.436.222,36	23.967.322,49	60,95	-6,39
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	11.328.433,60	3.564.417,55	30,77	217,82
ESTOQUES	3.047.631,90	2.614.717,40	8,28	16,56
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	,00	33,75	,00	-100,00
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	36.811.287,86	30.146.491,19	100,00	22,11

Fonte: Siafi 2019, 2018.

4.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo "Caixa e Equivalentes de Caixa" contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentada em "Moeda Nacional" e em "Moeda Estrangeira". Como citado o anteriormente, no IF Baiano contemplam-se apenas "Moeda Nacional".

No segundo trimestre de 2019, o item "Caixa e Equivalentes de Caixa" é o que tem maior representatividade, correspondendo a 60,95% do total do Ativo Circulante. Nota-se uma redução de 6,39% em relação a dezembro do ano anterior. Esta redução decorre da disponibilidade financeira no final do exercício anterior terem sidos utilizadas para pagamentos de obrigações no primeiro trimestre do ano corrente.

Já o subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, no segundo semestre de 2019,observa-se um aumento de 217,82% em relação a dezembro de 2018. Esre aumento decorre de adiantamento de 13º salário e férias.

Destaca-se também, o aumento de 16,56% no grupo Estoques, devido aquisição de materiais para suprir as necessidades de funcionamento do Instituto.

4.2 - Ativo Não Circulante

Compreendem os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis.

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo Não Circulante:

Tabela: Composição Ativo Não Circulante:

COMPOSIÇÃO ATIVO NÃO CIRCULANTE	JUNHO/2019	DEZEMBRO/2018	AV%	AH%
IMOBILIZADO	226.515.992,18	225.929.721,59	99,68	0,26
INTANGÍVEL	720.394,84	704.394,84	0,32	2,27
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	227.236.387,02	226.634.116,43	100,00	0,27

Fonte: Siafi 2019,2018.

O Ativo Não Circulante é composto em 99,68% do item "Imobilizado", correspondente a R$ 226,5 milhões. Houve leve acréscimo de 0,27 % do total do Ativo Não Circulante em relação ao fechamento do ano anterior.

4.2.1- Ativo Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis do IF Baiano. Os bens são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

4.2.1.1– Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26404 possui saldo líquido no segundo trimestre de 2019 de R$ 43,03 milhões em diversas contas de bens móveis, conforme tabela a seguir.

Tabela: Bens Móveis – Composição:

COMPOSIÇÃO BENS MÓVEIS	JUNHO/2019	DEZEMBRO/2018	AV%	AH%
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	23.567.230,92	23.289.817,05	27,31	1,19
BENS DE INFORMATICA	18.679.722,74	17.670.868,29	21,64	5,71
MOVEIS E UTENSILIOS	20.263.311,54	19.695.123,97	23,48	2,88
MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	5.727.359,75	5.272.895,45	6,64	8,62
VEICULOS	16.730.114,44	16.734.003,94	19,39	-,02
SEMOVENTES	837.778,25	857.825,28	,97	-2,34
DEMAIS BENS MOVEIS	496.797,76	499.834,85	,58	-,61
TOTAL BENS MÓVEIS	86.302.315,40	84.020.368,83	100,00	2,72
DEPRECIAÇÃO (-)	-43.271.457,20	-40.110.899,48	–	7,88
TOTAL LÍQUIDO BENS MÓVEIS	43.030.858,20	43.909.469,35	–	-2,00

Fonte: Siafi 2019,2018.

Nota-se uma diminuição do saldo líquido de 2% no segundo trimestre de 2019 em relação ao dezembro de 2018. Esta redução é justificada pela apropriação da depreciação do período.

Apesar da redução do saldo líquido, é válido destacar o aumento nos subgrupos Material Cultural Educacional e de Comunicação (8,62%) e Bens de Informática (5,71%), decorrentes de doações recebidas e aquisições, cujos objetivos são: a atualização do bens de Tecnologia da Informação nas Unidades Gestoras e equipar as bibliotecas dos Campi.

Os mais representativos são Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, Bens de Informática e Móveis e Utensílios.

A apuração mensal da depreciação é realizada conforme orientação contida na macrofunção 02.03.30, utilizado o método de quotas constantes.

4.2.2.2– Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da IF Baiano em 30 de junho de 2019, totalizavam um saldo líquido R$ 183,4 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela: Bens Imóveis – Composição:

COMPOSIÇÃO BENS IMÓVEIS	JUNHO/2019	DEZEMBRO/2018	AV%	AH%
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	89.953.893,21	89.953.893,21	48,74	0,00
BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	–	–	–	–
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	94.492.296,92	92.772.044,15	51,20	1,85
INSTALACOES	120.694,01	120.694,01	0,07	0,00
TOTAL BENS IMÓVEIS	184.566.884,14	182.846.631,37	100,00	0,94
DEPRECIACAO (-)	-1.081.750,16	-826.379,13	–	30,90
TOTAL LÍQUIDO BENS MÓVEIS	183.485.133,98	182.020.252,24	–	0,80

Fonte: Siafi 2019,2018.

Em síntese, os Bens de Uso Especial, mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário são constituídos de Imóveis: Edifícios, Terrenos/Glebas, Imóveis de Uso Educacional, Fazendas, Parques e Reservas, entre outros.

Os bens imóveis em andamento compreenderão os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos. Exemplos: obras em andamento, estudos e projetos (que englobem limpeza do terreno, serviços topográficos etc), benfeitoria em propriedade de terceiros, dentre outros.

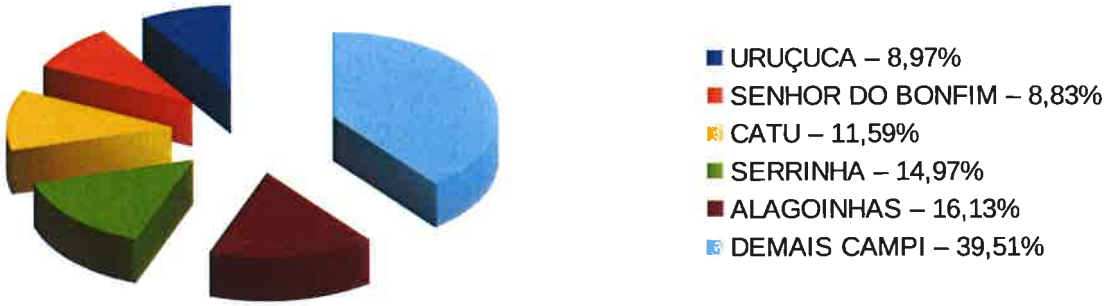
A próxima tabela visa apresentar a composição do subgrupo obras em andamento:

Tabela: Obras em Andamento - Composição por Unidade Gestora:

COMPOSIÇÃO OBRAS EM ANDAMENTO	JUNHO/2019	DEZEMBRO/2018	AV%
VALENÇA	61.506,93	61.506,93	0,07
ITAPETINGA	5.308.176,23	5.101.091,06	5,62
TEIXEIRA DE FREITAS	2.650.024,39	2.332.476,32	2,80
URUÇUCA	8.474.795,19	8.474.795,19	8,97
SANTA INES	4.211.113,12	4.211.113,12	4,46
SENHOR DO BONFIM	8.347.070,47	8.347.070,47	8,83
GUANAMBI	6.997.836,11	6.997.836,11	7,41
CATU	10.953.943,07	10.953.943,07	11,59
SERRINHA	14.146.842,94	13.630.081,14	14,97
ITABERABA	7.763.818,32	7.084.959,59	8,22
XIQUE-XIQUE	7.049.539,32	7.049.539,32	7,46
ALAGOINHAS	15.242.784,68	15.242.784,68	16,13
REITORIA	3.284.847,15	3.284.847,15	3,48
TOTAL OBRAS EM ANDAMENTO	94.492.296,92	92.772.044,15	100,00

Fonte: Siafi 2019,2018

Tabela: Composição Obras em Andamento:



Fonte: Siafi 2019

Houve uma variação positiva de 1,85% na conta Bens Imóveis em Andamento no fechamento do segundo trimestre de 2019 em relação a dezembro de 2018, decorrente da execução de projeto de reestruturação e ampliação da rede de telecomunicações e projeto de acessibilidade no Campus Teixeira de Freitas, construção da quadra poliesportiva no Campus de Serrinha e projeto complementar na sede do Campus de Itaberaba.

É válido salientar que após conclusão das obras, os registros na conta de Bens Imóveis em Andamento que deverão ser reclassificados.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O registro da Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet do IF Baiano vem sendo realizado regularmente.

4.2.3 – Ativos Intangíveis

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O Órgão IF Baiano, apesar de ter Ativos Intangíveis produzidos internamente, devido impossibilidade de sua mensuração, não pode ser ativado. Assim, estes ativos gerados internamente foram reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os 2º trimestre do exercício de 2019 comparado ao último trimestre do ano anterior.

Tabela: Ativos Intangíveis – Composição:

COMPOSIÇÃO BENS INTANGÍVEIS	JUNHO/2019	DEZEMBRO/2018
SOFTWARES COM VIDA UTIL INDEFINIDA	720.274,84	704.274,84
SOFTWARES COM VIDA UTIL DEFINIDA	,00	,00
MARCAS/DIREITOS/PATENTES VIDA UTIL INDEFINIDA	120,00	120,00
TOTAL BENS INTANGÍVEIS	720.394,84	704.394,84

Fonte: Siafi 2019,2018.

A Reitoria possui maior representatividade entre as demais Unidades Gestoras em relação ao grupo de Intangíveis com 92,18%.

Houve aumento de 2,27% ocasionado pela aquisição de software com vida útil indefinida na unidade de Guanambi.

A apuração mensal da amortização é realizada conforme orientação contida na macrofunção 02.03.30, utilizado o método de quotas constantes.

4.3 – Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.

Integram o patrimônio líquido: patrimônio ou capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, demais reservas, ações em tesouraria, resultados acumulados e outros desdobramentos. No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

Do total do Passivo e Patrimônio Líquido, 24,98% concentra-se no Exigível a Curto Prazo, não havendo obrigações constituídas a longo prazo.

4.3.1 – Passivo Circulante

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

No 2º trimestre de 2019, o Instituto Federal Ciência e Tecnologia Baiano, apresentou um saldo aproximado de 65,9 milhões no seu passivo circulante, sendo as mais representativas as "Obrigações Trabalhistas, Previdências e Assist. a Pagar" (40,53%), e Demais Obrigações a curto prazo (55,83%).

No grupo "Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo" nota-se um aumento aproximado de 162,04% em 30/06/2019, comparado a 31/12/2018. Este aumento é justificado pela execução do Restos a pagar, bem como a execução do orçamento do ano corrente.

Na próxima tabela, estão demonstrados a composição por unidade gestora contratante com os respectivos valores de Fornecedores e Contas a Pagar na data base 30 de junho do ano corrente.

Tabela: Fornecedores e Contas a Pagar – Composição:

COMPOSIÇÃO FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR POR UG	JUNHO/2019	AV%
IF BAIANO CAMPUS BOM JESUS DA LAPA	221.805,95	9,23
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS VALENCA	198.285,62	8,25
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS ITAPETINGA	183.078,79	7,61
INST. FED. BAIANO -CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	135.815,90	5,65
INST. FED. BAIANO - CAMPUS URUCUCA	306.854,98	12,76
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GOV. MANGABEIRA	180.384,66	7,50
INST.FED.BAIANO / CAMPUS SERRINHA	98.877,21	4,11
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ITABERABA	45.907,28	1,91
INST.FED.BAIANO / CAMPUS XIQUE-XIQUE	904,54	,04
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ALAGOINHAS	62.816,23	2,61
INST FED DE EDUC CIENC E TECNOLOGIA BAIANO	19.646,40	,82
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SANTA INES	274.254,81	11,41
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SENHOR DO BONFIM	184.957,67	7,69
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GUANAMBI	319.655,89	13,30
INST.FED.BAIANO/CAMPUS CATU	170.947,44	7,11
TOTAL FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	2.404.193,26	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2019

Nota-se que as Unidades Gestoras Guanambi, Santa Inês, Uruçuca, Bom Jesus da Lapa e Valença correspondem a 54,95% do total dos Fornecedores e Contas a Pagar.

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os cinco fornecedores com os valores mais significativos relativos ao segundo trimestre de 2019, representando 27,10% dos contratados pelas unidades vinculadas do Órgão.

Tabela: Fornecedores e Contas a Pagar – Composição por fornecedor:

FORNECEDORES MAIS RELEVANTES	JUNHO/2019
ATITUDE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI	195.818,36
BAHIA CESTAS LTDA	126.590,22
CONTINUA SISTEMAS DE SERVICOS LTDA	142.856,21
CS CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA	95.371,53
TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	90.938,17
TOTAL FORNECEDORES MAIS RELEVANTES	651.574,49

Fonte: Tesouro Gerencial 2019

A próxima tabela apresenta a representatividade dos cinco maiores fornecedores a curto prazo em relação as obrigações totais do Órgão.

Tabela: – Composição obrigações com fornecedores a curto prazo:

Fonte: Tesouro Gerencial 2019

É oportuno informar que os cinco maiores fornecedores registrados no passivo deste órgão, correspondem a 27,10% do total das obrigações a curto prazo de 651 mil.

A seguir descrevemos o resumo do objeto destes cinco fornecedores mais significativos :

- **ATITUDE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI** – Obrigações realizadas pelas unidades gestoras Valença (R$69.738,54), Bom Jesus da Lapa (R$26.874,41), Santa Inês (R$68.742,71) e Serrinha (R$30.642,70), referente a contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados.

- **BAHIA CESTAS LTDA** – Obrigações realizadas pela unidade gestora Itapetinga (R$ 21.665,22), Teixeira de Freitas (R$ 21.269,05), Uruçuca (R$6.086,80), Santa Inês (R$23.444,19), Senhor do Bonfim (R$17.494,74) e Guanambi (R$36.630,22), referente aquisição de gêneros alimentícios e nutrição.

- **CONTINUA SISTEMAS DE SERVIÇOS LTDA** – Obrigações realizadas pela unidades gestoras Catu (R$43.835,61) e Senhor do Bonfim (R$99.020,60), referente a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e conservação.

- **CS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA** – Obrigações realizada pela unidade gestora de Guanambi, referente a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares contínua com dedicação de mão de obra.

- **TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA** - Obrigações realizadas pelas unidades gestoras de Itapetinga (R$4.514,32), Valença (R$10.391,81), Teixeira de Freitas (R$ 8.132,06), Uruçuca (R$ 17.323,06), Governador Mangabeira (R$2.085,55), Santa Inês (R$16.474,20), Bom Jesus da Lapa (R$8.205,07), Senhor do Bonfim (R$8.397,39), Catu (R$8.850,50) e Serrinha (R$6.564,21), referente a contratação de empresa de administração para serviços manutenção de veículos e fornecimento de combustíveis.

4.3.2 – Patrimônio Líquido

A Reserva de Capital e Demais Reservas de Lucros (Reserva de Avaliação),são decorrentes da transformação das Escolas Agrotécnicas para Instituto Federal Ciência e Tecnologia Baiano, relacionadas as Unidades Gestoras 158277 e 158442 respectivamente.

5 – ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais compreendem contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir à afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados a execução orçamentária e financeira e as contas com função precípua de controle. Assim os potenciais passivos registrarão os atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo da entidade governamental.

As obrigações contratuais do IF apresentaram um aumento de 38,21% em relação ao último trimestre do exercício anterior. Este aumento é histórico e natural, pois com a liberação orçamentária, são registrados as obrigações no SIAFI para execução das atividades nas unidades no decorrer do exercício, onde as obrigações com serviços foram os mais significantes.

O gráfico abaixo retrata as obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela: – Composição Obrigações Contratuais do Órgão:

Obrigações Contratuais	JUNHO/2019	DEZEMBRO/2018	AV%	AH%
Aluguéis	10.032,84	2.179,75	,04	360,27
Fornecimento de Bens	1.138.065,84	1.419.914,17	4,97	-19,85
Seguros	4.825,89	3.136,69	,02	53,85
Serviços	21.748.083,75	16.769.208,38	94,97	29,69
Total	22.901.008,32	18.194.438,99	100,00	25,87

Fonte: Tesouro Gerencial 2019 e 2018.

No segundo trimestre do ano corrente, nota-se que as obrigações contratuais do Órgão é de 22,9 milhões, tendo maior representatividades relacionadas a fornecimentos de serviços 94,97%.

A tabela abaixo visa apresentar a composição destas obrigações:

Tabela: - Gráfico Obrigações Órgão:

Fonte: Tesouro Gerencial 2019.

No quadro abaixo, constata-se que as unidades gestoras Catu, Reitoria, Guanambi e Uruçuca, são responsáveis por 53,04% das obrigações potenciais passivas do Instituto.

Tabela: – Composição Obrigações Contratuais do Órgão:

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR UNIDADE GESTORA	JUNHO/2019	AV%
IF BAIANO CAMPUS BOM JESUS DA LAPA	330.390,24	1,44
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS VALENCA	1.220.390,47	5,33
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS ITAPETINGA	731.740,75	3,20
INST. FED. BAIANO -CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	810.621,46	3,54
INST. FED. BAIANO - CAMPUS URUCUCA	2.914.491,17	12,73
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GOV. MANGABEIRA	1.031.224,21	4,50
INST.FED.BAIANO / CAMPUS SERRINHA	1.296.223,91	5,66
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ITABERABA	1.009.117,80	4,41
INST.FED.BAIANO / CAMPUS XIQUE-XIQUE	484.902,09	2,12
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ALAGOINHAS	1.542.005,41	6,73
INST FED DE EDUC CIENC E TECNOLOGIA BAIANO	2.795.439,87	12,21
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SANTA INES	1.588.701,92	6,94
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SENHOR DO BONFIM	709.972,55	3,10
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GUANAMBI	2.374.934,55	10,37
INST.FED.BAIANO/CAMPUS CATU	4.060.851,92	17,73
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	22.901.008,32	100,00

Fonte: Tesouro gerencial 2018

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os cinco contratos mais significativos relativos ao segundo trimestre de 2019:

Tabela: – Obrigações Contratuais - Por Contratado:

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS MAIS RELEVANTES	JUNHO/2019
08766411000102 – ATITUDE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI	1.442.382,52
ICCAT0617 – CONTRATO 06/17 - CONTINUA LIMPEZA	1.093.642,08
23170931000133 – MURANO CONSTRUCOES EIRELI	855.321,57
09281162000110 – TOPSERVICE TERCEIRIZACAO EIRELI	923.213,87
00604122000197 – TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	831.774,11

Fonte: Tesouro gerencial 2019

É relevante informar que os cinco maiores contratos representam 22,47% do total das obrigações contratuais do Órgão.

A próxima tabela apresenta a representatividade dos cinco maiores contratos em relação ao total dos atos potenciais passivos do Órgão.

Tabela: – Composição Contratos:

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS MAIS RELEVANTES	AV%
ATITUDE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI	6,30
CONTRATO 06/17 - CONTINUA LIMPEZA	4,78
MURANO CONSTRUCOES EIRELI	3,73
TOPSERVICE TERCEIRIZACAO EIRELI	4,03
TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	3,63
DEMAIS CONTRATOS	77,53

Fonte: Tesouro gerencial 2019

A seguir descrevemos o resumo do objeto contratual realizado destes 05 contratos mais significativos do IF Baiano:

- **ATITUDE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI – EPP** - contratado pelas unidades gestoras Valença (R$ 68.757,33), Santa Inês (R$1.078.687,35) e Serrinha (R$294.937,84), que tem por objeto do contrato o fornecimento de mão de obra terceirizada.

- **CONTINUA LIMPEZA** - contratado pelo Campus Catu, cujo objeto do contrato é fornecimento de mão de obra terceirizada.

- **TOPSERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI** - contratado pela unidade gestora Reitoria, tendo como o objeto do o fornecimento de mão de obra terceirizada.

- **TRIVALE ADMINISTRAÇÃO** - contratado pelos Campus de Valença (R$109.664,25), Itapetinga (R$164.280,78), Uruçuca (R$15.917,10), Bom Jesus da Lapa (R$73.604,62), Guanambi (R$181.033,42), Serrinha (R$ 99.215,79), Itaberaba (R$64.586,10), Alagoinhas (R$64.223,10) e Reitoria (R$54.248,95) cujo objeto é a contratação de empresa de administração para serviços manutenção de veículos e fornecimento de combustíveis.

- **MURANO CONSTRUÇÕES EIRELI** - contratado pelas unidades gestora de Valença (R$526.332,53) e Uruçuca (R$328.989,04), tendo por objeto do contrato o prestação de serviços de reforma e manutenção predial corretiva.

6- AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES

A conta 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores que "*registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes*" apresentou no primeiro trimestre de 2019 um saldo devedor de R$ 19.934,61, composto por R$4.469,22, R$4.304,02, R$1.783,32, R$13.254,17 e R$594,10 nas unidades de Valença, Xique-Xique, Reitoria e Santa Inês, respectivamente.

7 – NOTAS EXPLICATIVAS 2º TRIMESTRE BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.1 – Receitas

No segundo trimestre de 2019 as receitas realizadas, montaram a quantia aproximada de 390 mil, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de 228 milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário da ordem de 227,9 milhões.

Essa disparidade pode ser justificada pelas Receitas Realizadas conterem valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelo órgão, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e a de que os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por "ente" e não por "órgão/UG". Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas - dependentes da execução orçamentária), registradas do lado dos Ingressos correspondem à contrapartida dos créditos orçamentários recebidos. Portanto, o total das disponibilidades financeiras

(Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras Recebidas), são suficientes para atender às despesas empenhadas no exercício.

A tabela abaixo demonstra a Receita arrecadada por categoria econômica:

Tabela: – Composição Receitas por categoria econômica:

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	REALIZAÇÃO %
RECEITAS CORRENTES	1.031.137,00	353.646,56	34,30
RECEITAS DE CAPITAL	,00	36.664,56	–
TOTAL	1.031.137,00	390.311,12	34,30

Fonte: SIAFI 2019

Conforme tabela referenciada, não houve previsão de Receitas de Capital, mas houve arrecadação decorrente venda de semoventes (matrizes) na unidade de Itapetinga, conforme documentos de arrecadação 2019RA000014, 2019RA000018 e 2019RA000023.

A tabela abaixo apresenta a composição da Receitas Correntes arrecadadas, bem como a realização destas. Assim constata-se que ao final do segundo trimestre do ano corrente, o IF Baiano arrecadou 34,30% do previsto, onde a arrecadação com receitas agropecuárias são as mais relevantes.

Tabela: – Composição Receitas Correntes:

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	REALIZAÇÃO %
RECEITAS AGROPECUÁRIAS	704.357,00	236.405,43	33,56
RECEITAS PATRIMONIAIS	52.878,00	44.315,36	83,81
RECEITAS INDUSTRIAIS	105.003,00	1.030,70	,98
RECEITAS DE SERVIÇOS	152.799,00	61.058,51	39,96
OUTRAS RECEITAS	16.100,00	10.836,56	67,31
TOTAL	1.031.137,00	353.646,56	34,30

Fonte: SIAFI 2019

7.2 – Despesas

É válido salientar que já foram empenhados até 30 de junho do ano corrente,72,57% da dotação atualizada, onde quase sua totalidade estão classificadas no subgrupo despesas correntes, que são responsáveis pelo funcionamento das unidades.

A tabela abaixo demonstra as Despesas realizadas por categoria econômica:

Tabela: – Composição Despesas por categoria econômica:

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	REALIZAÇÃO %
DESPESAS CORRENTES	314.386.224,00	228.140.211,33	72,57
DESPESAS DE CAPITAL	6.758.531,00	236.957,19	3,51
TOTAL	321.145.755,00	228.377.168,52	71,11

Fonte: SIAFI 2019

É válido salientar que houve um remanejamento da dotação atualizada da Despesas de Capital para as Despesas Correntes na ordem de 100 mil, necessárias devido recomposição do orçamento face contingenciamento orçamentário.

A tabela abaixo apresenta a composição da Despesas Correntes, bem como sua execução (valores empenhados).

Tabela: – Composição Despesas Correntes:

DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	REALIZAÇÃO %	AV%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	243.368.662,00	198.024.725,78	81,37	86,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	71.016.562,00	30.115.485,55	42,41	10,20
TOTAL	314.386.224,00	228.140.211,33	72,57	100,00

Fonte: SIAFI 2019

O quadro acima, demonstra que houve a execução de 72,57% da dotação atualizada, onde as despesas com pessoal e encargos sociais são os mais relevantes, representando 86,80% dos totais empenhados.

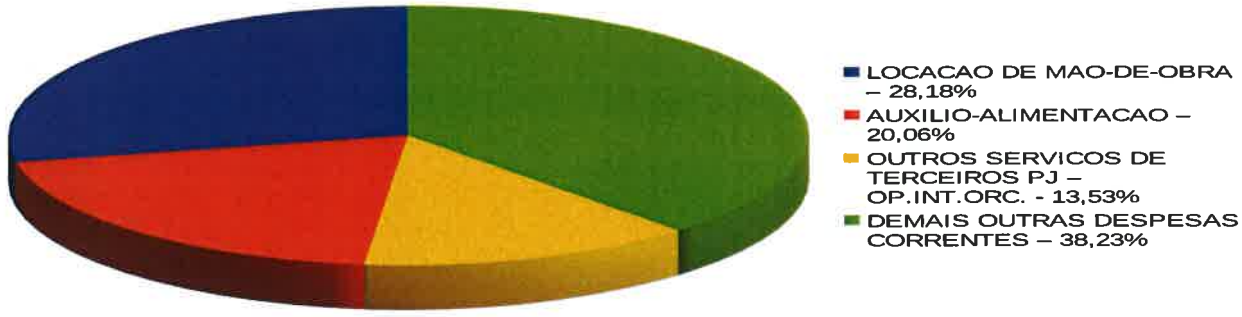
Prosseguindo na análise das despesas, veremos na tabela adiante a composição detalhada, do grupo Outras Despesas Correntes que apresentou o percentual de execução, 42,41%, em relação ao total das despesas, totalizando R$ 30,11 milhões aproximados.

Tabela: – Composição Outras Despesas Correntes:

ELEMENTO DA DESPESA	DESPESA EMPENHADA	AV%
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	8.486.167,46	28,18
AUXILIO-ALIMENTACAO	6.041.271,00	20,06
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	4.073.869,42	13,53
INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.443.247,94	8,11
AUXILIO-TRANSPORTE	2.369.241,00	7,87
MATERIAL DE CONSUMO	2.193.060,23	7,28
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.503.580,10	4,99
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.027.897,22	3,41
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	648.972,75	2,15
CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	388.035,00	1,29
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	214.955,50	,71
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	206.561,25	,69
MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	147.117,94	,49
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	141.324,74	,47
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	132.110,16	,44
CONTRIBUICOES	64.921,00	,22
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	33.162,84	,11
TOTAL	30.115.486,66	100,00

Fonte: SIAFI 2019

Tabela: - Gráfico Obrigações Órgão Outras Despesas Correntes:



Fonte: SIAFI 2019

Verifica-se em 30 de junho do ano corrente, o maior volume de despesas empenhadas, concentram-se nos elementos: (a) Locação de Mão de Obra, 28,18%, (b) Auxílio-Alimentação (20,06%) e (c) Outros Serviços de Terceiros (13,53%).

7.3 – Restos a Pagar

Para elaboração da nota explicativa relativa à execução orçamentária dos restos a pagar, considerou-se a execução dos Restos a Pagar Não Processados - RPNP, referente à execução das unidades vinculadas ao órgão, com o orçamento dos próprios órgãos, consignado na LOA, computando-se também o orçamento (créditos orçamentários) recebidos de outros órgãos para execução de determinados programas governamentais.

A inscrição dos recursos é feita pela STN nos primeiros dias de janeiro de cada exercício financeiro, de acordo com a rotina de encerramento do exercício, referente à execução orçamentária do exercício imediatamente anterior, conjugada a reinscrição relativa a exercícios anteriores.

Em janeiro de 2019, foram inscritos na rubrica RPNP, despesas da ordem de R$ 21,7 milhões considerando RPNP Reinscritos (20,2%) e os inscritos do exercício financeiro de 2018 (79,80%).

Cabe destacar que houve uma redução de 24,03% nas despesas inscritas na rubrica de RPNP, representando uma diminuição, em termos monetários, de um montante de R$ 6,8 milhões; passando de R$ 28,6 milhões para R$ 21,7 milhões. Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro, isto é, não houve a conclusão da entrega dos bens e/ou a prestação dos serviços contratados.

Tabela: – Composição RPNP Inscritos e Reinscritos:

RPNP INSCRITO E REINSCRITO	2019	2018	AV%	AH%
RPNP INSCRITO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	17.339.813,66	24.437.820,51	79,78	(29,05)
RPNP INSCRITO EM EXERCÍCIO ANTERIORES	4.395.980,77	4.171.788,56	20,22	5,37
TOTAL	21.735.794,43	28.609.609,07	100,00	(24,03)

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

O próximo quadro apresenta a composição dos RPNP não processados do IF Baiano por unidade gestora inscritos no início do exercício financeiro corrente.

Tabela: – Composição RPNP Inscritos e Reinscritos por Unidade Gestora:

COMPOSIÇÃO RPNP INSCRITO E REINSCRITO POR UG	2019	AV%
CAMPUS BOM JESUS DA LAPA	684.516,24	3,15
CAMPUS VALENÇA	1.514.376,42	6,97
CAMPUS ITAPETINGA	1.018.148,97	4,68
CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	1.665.133,52	7,66
CAMPUS URUÇUCA	1.963.922,51	9,04
CAMPUS GOV. MANGABEIRA	1.089.629,08	5,01
CAMPUS SERRINHA	1.652.032,89	7,60
CAMPUS ITABERABA	1.233.592,43	5,68
CAMPUS XIQUE-XIQUE	896.955,25	4,13
CAMPUS ALAGOINHAS	416.634,14	1,92
REITORIA	3.253.669,18	14,97
CAMPUS SANTA INES	1.593.781,83	7,33
CAMPUS SENHOR DO BONFIM	2.194.450,60	10,10
CAMPUS GUANAMBI	1.521.848,26	7,00
CAMPUS CATU	1.037.103,11	4,77
TOTAL	21.735.794,43	100,00

Fonte: SIAFI 2019

Fica evidente, que as unidades Reitoria, Senhor do Bonfim e Uruçuca, representam 34,10% do total das despesas inscritas e reinscritas em Restos a Pagar na abertura do exercício corrente.

Encerrado o 2º trimestre de 2019, após analisar a mesma rubrica, observa-se uma redução desde estoque aproximado de 34,38%, No quadro seguinte é demostrado como ocorreu esta execução.

Tabela: Execução RPNP 2º trimestre 2019:

EXECUÇÃO RPNP	2019
SALDO INICIAL JANEIRO/2019 (A)	21.735.794,43
RPNP PAGOS (B)	13.145.549,47
RPNP CANCELADOS (C)	481.231,20
SALDO FINAL RPNP EM 30/06/2019 = (A) - (B) - (C)	8.109.013,76

Fonte: SIAFI 2019

É oportuno informar que o volume de recursos relativos às despesas inscritas em RPNP, no âmbito do IF Baiano, pode ser justificado, entre outros fatores, pelo contingente de demanda de recursos orçamentários em função das políticas educacionais do Governo Federal, conjugado com as excepcionalidades legais relativas à vigência destas despesas.

De acordo com o artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872/86, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os RPNP que se referirem às despesas do Ministério da Saúde, e decorrentes de emendas individuais impositivas discriminadas com identificador de resultado primário 6, cujos empenhos tenham sido emitidos a partir do exercício financeiro de 2016.

Vale salientar que a Coordenação de Contabilidade e Diretoria Orçamentária do IF Baiano, reitera a suas unidades vinculadas, a solicitação para análise e baixa, em referência à orientação da Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN/STN, e recomendações do TCU em acórdãos que abordam o assunto.

8 - NOTAS EXPLICATIVAS 2º TRIMESTRE À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos. Adiante, são apresentadas as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros realizados no Balanço Patrimonial, detalhados nas notas explicativas desse demonstrativo.

8.1- Variações Patrimoniais Aumentativas

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o Instituto e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

Observa-se conforme o quadro abaixo, um aumento de 3,38% ao final do segundo trimestre de 2019 comparado ao mesmo trimestre do ano de 2018. Este aumento decorre principalmente do aumento das transferências e delegações recebidas e do aumento de outras VPAS, oriundas em sua grande maioria, de devoluções relacionadas a pessoal. È válido salientar que a VPA Transferências e Delegações Recebidas, proveniente dos recursos da LOA representam 99,55% do total da VPA.

Tabela: – Composição VPA:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	JUNHO/2019	JUNHO/2018	AV%	AH%
EXPLORAÇÃO DE VENDA DE BENS SERVIÇOS E DIREITOS	343.748,30	528.701,64	0,19	(34,98)
VPA FINANCEIRAS	242,71	29,49	0,00	723,02
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	176.361.664,44	170.435.393,05	99,55	3,48
VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORP.DE PASSIVOS	186.159,90	280.730,10	0,11	(33,69)
OUTRAS VPAS	273.595,78	121.769,44	0,15	124,68
TOTAL	177.165.411,13	171.366.623,72	100,00	3,38

Fonte: SIAFI 2019,2018.

8.2- Variações Patrimoniais Diminutivas

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ao Instituto, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

O quadro abaixo apresenta a composição das VPDs do IF Baiano por categoria, após fechamento do primeiro trimestre do ano corrente.

Tabela: – Composição VPD

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	JUNHO/2019	JUNHO/2018	AV%	AH%
PESSOAL, ENCARGOS, BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	129.971.380,17	118.012.269,07	60,39	10,13
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO CAPITAL FIXO	24.789.253,00	25.621.534,85	11,52	(3,25)
VPD FINANCEIRAS	5.468,40	24.631,22	0,00	(77,80)
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	22.936.058,46	26.253.666,54	10,66	(12,64)
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS C/ ATIVOS E INCORP.DE PASSIVOS	34.409.086,03	170.761,04	15,99	20.050,43
TRIBUTÁRIAS	41.135,35	20.621,76	0,02	99,48
OUTRAS VPDS	3.080.886,44	4.148.023,33	1,43	(25,73)
TOTAL	215.233.267,85	174.251.507,81	100,00	23,52

Fonte: SIAFI 2019,2018.

Salienta-se que houve um aumento da VPD de 23,52% ao final do segundo trimestre de 2019 comparado ao mesmo trimestre do ano de 2018, as quais destacam-se, as VPDs com desvalorização e perdas c/ ativos e incorporação de passivos, decorrentes de repasses recebidos da LOA e despesas com pessoal, encargos, benefícios previdenciários e assistenciais.

É válido destacar que as variações diminutivas mais relevante, são as provenientes de gastos com pessoal (60,39%), seguido das VPDs relacionadas a desvalorização e perda c/ativos e incorporação de passivos (15,99%).

As Outras VPDs decorrem incentivo a educação, provenientes de bolsa de estudos e auxílios para pesquisa.

9 - NOTAS EXPLICATIVAS 2º TRIMESTRE AO BALANÇO FINANCEIRO (BF)

A Lei nº 4.320/1964, define o Balanço Financeiro – BF como sendo a demonstração contábil que evidência as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para início do exercício seguinte. (MCASP, 7º Ed. 2017).

9.1 Ingressos:

A tabela seguinte apresenta o somatório dos ingressos ocorridos no 2º trimestre de 2019, no âmbito do IF Baiano. Verifica-se que as receitas orçamentárias tiveram uma redução de 27,94% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto os recebimentos extraorçamentários, apresentaram um acréscimo aproximado de 56,17% de 2019 para 2018. O saldo do Exercício Anterior, composto pelo item Caixa e Equivalente de Caixa, demonstra um aumento de 446,93%. No total, os ingressos apresentaram um acréscimo de 26,92% de 2018 para 2019.

Tabela: – Composição Ingressos:

COMPOSIÇÃO INGRESSOS	JUNHO/2019	JUNHO/2018	AV%	AH%
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	390.311,12	541.613,69	0,13	-27,94
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	176.269.617,54	168.107.031,37	57,22	4,26
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	106.707.144,71	68.326.194,93	34,83	56,17
SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	23 967 322,49	4.382.119,82	7,82	446,93
TOTAL	306.334.296,86	241.366.959,81	100,00	26,92

Fonte: SIAFI 2019,2018.

9.2 Dispêndios:

No grupo de dispêndios, verifica-se que as despesas orçamentárias (74,55%) e os pagamentos extraorçamentários (11,02%) correspondem a 85,57% do total dos dispêndios no segundo trimestre do ano corrente.

Constata-se que houve uma redução nos valores relativos ao pagamento de Transferências Concedidas (8,17%), enquanto os demais dispêndios aumentaram, fazendo com que houvesse um aumento total dos dispêndios de 26,92% no segundo trimestre de 2019, comparado ao mesmo período do ano anterior.

O aumento mais significativo foram os pagamentos extraordinários, decorrentes em sua grande maioria do pagamento de restos a pagar.

Em relação ao saldo de Dispêndio para o Exercício Seguinte, observa-se um incremento de 540,20%, referente a impacto dos pagamentos a serem efetuados em no trimestre seguinte.

Tabela: – Composição Dispêndios:

COMPOSIÇÃO DISPÊNDIOS	JUNHO/2019	JUNHO/2018	AV%	AH%
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	228.377.168,52	196.478.261,88	74,55	16,24
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	21.773.108,19	23.711.193,03	7,11	-8,17
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	33.748.796,79	17.663.094,04	11,02	91,07
SALDO EXERCÍCIO SEGUINTE	22.435.222,36	3.504.410,86	7,32	540,20
TOTAL	306.334.295,86	241.356.959,81	100,00	26,92

Fonte: SIAFI 2019, 2018.

10 - NOTAS EXPLICATIVAS 2º TRIMESTRE Á DEMOSNTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção regular do financiamento dos serviços públicos. (MACSP, parte V, 7º Ed. 2017).

10.1. Ingressos:

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração liquida de caixa e equivalente de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, ao término do segundo trimestre de 2019, a geração líquida de caixa foi negativa em 1,53 milhão aproximados, apresentando um aumento em relação ao mesmo período de 2018, de 74,56%, conforme tabela abaixo:

Tabela: – Geração Líquida e Equivalente de Caixa:

RESULTADO FINANCEIRO BF X DFC	2019	2018	AH%
GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	23.967.322,49	4.382.119,82	446,93
GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	22.435.222,36	3.504.410,86	540,20
GERAÇÃO LÍQUIDA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-1.532.100,13	-877.708,96	74,56

Fonte: SIAFI 2019, 2018

Adiante, são apresentados as atividades que contribuíram para o aumento no valor negativo líquido de caixa. Verifica-se que as Atividades Operacionais foram as que mais contribuíram para a geração líquida deficitária na geração de caixa, apresentando um aumento negativo de 39,38% de 2018 para 2019, passando de R$ 4,87 milhões para -R$ 2,95 milhões.

Tabela: – Geração Líquida e Equivalente de Caixa por Atividade:

GERAÇÃO LÍQUIDA E EQUIVALENTE DE CAIXA – POR ATIVIDADES	2019	2018	AH%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.956.448,73	4.876.913,07	-39,38
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS	-4.486.548,86	-5.754.622,03	-22,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCIAMENTOS	,00	,00	,00
TOTAL	-1.532.100,13	-877.708,96	74,56

Fonte: SIAFI 2019,2018.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e desembolsos efetuados tanto para pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

Dos ingressos, o item que apresentou maior incidência foram as "Transferências Financeiras Recebidas", com R$175,2 milhões, compreendendo os recursos financeiros recebidos pelo IF Baiano do MEC e de outros órgãos da administração pública, para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, incluindo os Restos a Pagar (extraorçamentários), relativos a exercício(s) anterior(es).

10.2. Desembolsos:

Dos desembolsos relativos ás despesas orçamentárias são apresentadas na DFC por função de governo, e não por elemento de despesa (categoria de gasto), conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério do Planejamento.

No segundo trimestre de 2019, os desembolsos das atividades operacionais referentes ás despesas orçamentárias "Pessoal e Demais Despesas" totalizaram R$ 133,2 milhões, correspondendo a 76,85% do total de desembolso, tendo a função Educação apresentado o valor mais significativo, no montante de R$128,2 milhões, representando 96,29% do total das despesas orçamentárias "Pessoal e Demais Despesas.

As atividades de Investimentos estão relacionados às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão.

Os ingressos de Investimentos, compreendem as receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

Os desembolsos de Investimentos, compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

Após análise da DFC, verifica-se que houve ingressos referente a alienação de matrizes (semoventes) na unidade de Itapetinga, totalizando R$36.664,56 e houve desembolsos na ordem de R$4,52 milhões, resultando num fluxo deficitário de aproximadamente R$ 4,48 milhões, os quais correspondem em sua grande maioria a desembolsos pela aquisição de ativo não circulante.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Salvador, 16 de julho de 2019.

Eron Paz Rosado

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Pró Reitoria de Administração e Planejamento
Coordenação Geral de Contabilidade

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

ANEXOS: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º TRIMESTRE 2019

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2019	SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

EMISSAO	PAGINA
16/07/2019	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	**36.811.287,86**	**30.146.491,19**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**22.435.222,36**	**23.967.322,49**
Créditos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**11.328.433,60**	**3.564.417,55**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	**3.047.631,90**	**2.614.717,40**
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	**33,75**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**227.236.387,02**	**226.634.116,43**
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-
Investimentos	-	-
Participações Permanentes	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
Imobilizado	**226.515.992,18**	**225.929.721,59**
Bens Móveis	43.030.858,20	43.909.469,35
Bens Móveis	86.302.315,40	84.020.368,83
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-43.271.457,20	-40.110.899,48
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	183.485.133,98	182.020.252,24
Bens Imóveis	184.566.884,14	182.846.631,37
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.081.750,16	-826.379,13
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	**720.394,84**	**704.394,84**
Softwares	720.274,84	704.274,84
Softwares	720.274,84	704.274,84
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	120,00	120,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	120,00	120,00
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE	**65.957.266,02**	**20.602.406,43**
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	**26.730.717,16**	**17.360.621,26**
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	**2.404.193,26**	**917.482,96**
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	**200,20**	**200,20**
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	**36.822.155,40**	**2.324.102,01**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	**65.957.266,02**	**20.602.406,43**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	**24.784,50**	**24.784,50**
Resultados Acumulados	**198.065.624,36**	**236.153.416,69**
Resultado do Exercício	-38.067.856,72	6.122.806,38
Resultados de Exercícios Anteriores	236.153.416,69	233.078.907,52
Ajustes de Exercícios Anteriores	-19.935,61	-3.048.297,21
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**198.090.408,86**	**236.178.201,19**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2019	SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

EMISSAO	PAGINA
16/07/2019	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	**264.047.674,88**	**256.780.607,62**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**264.047.674,88**	**256.780.607,62**

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	**22.436.590,97**	**23.968.222,03**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**114.396.740,23**	**42.196.405,70**
ATIVO PERMANENTE	**241.611.083,91**	**232.812.385,59**	**PASSIVO PERMANENTE**	**44.078.289,85**	**141.635,16**
			SALDO PATRIMONIAL	**105.572.644,80**	**214.442.566,76**

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**17.562.366,85**	**19.269.412,95**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**22.901.008,32**	**18.194.438,99**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	17.562.366,85	19.269.412,95	Execução dos Atos Potenciais Passivos	22.901.008,32	18.194.438,99
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	17.556.467,92	19.263.514,02	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	5.898,93	5.898,93	Obrigações Contratuais a Executar	22.901.008,32	18.194.438,99
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**17.562.366,85**	**19.269.412,95**	**TOTAL**	**22.901.008,32**	**18.194.438,99**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-87.888.431,92**
Recursos Vinculados	**-4.071.717,34**
Educação	-2.908.493,80
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-83.733,69
Previdência Social (RPPS)	-2.157.360,91
Receitas Financeiras	-34.315,88
Alienação de Bens e Direitos	39.592,43
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	1.072.594,51
TOTAL	**-91.960.149,26**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2019	SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

EMISSAO	PAGINA
16/07/2019	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**1.031.137,00**	**1.031.137,00**	**353.646,56**	**-677.490,44**
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**52.878,00**	**52.878,00**	**44.315,36**	**-8.562,64**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	52.878,00	52.878,00	44.315,36	-8.562,64
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	**704.357,00**	**704.357,00**	**236.405,43**	**-467.951,57**
Receita Industrial	**105.003,00**	**105.003,00**	**1.030,70**	**-103.972,30**
Receitas de Serviços	**152.799,00**	**152.799,00**	**61.058,51**	**-91.740,49**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	152.799,00	152.799,00	61.058,51	-91.740,49
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**16.100,00**	**16.100,00**	**10.836,56**	**-5.263,44**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	10.107,00	10.107,00	10.836,56	729,56
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	5.993,00	5.993,00	-	-5.993,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	**36.664,56**	**36.664,56**
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	**36.664,56**	**36.664,56**
Alienação de Bens Móveis	-	-	36.664,56	36.664,56
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2019	SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

EMISSAO	PAGINA
16/07/2019	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	**1.031.137,00**	**1.031.137,00**	**390.311,12**	**-640.825,88**
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**1.031.137,00**	**1.031.137,00**	**390.311,12**	**-640.825,88**
DEFICIT			**227.986.857,40**	**227.986.857,40**
TOTAL	**1.031.137,00**	**1.031.137,00**	**228.377.168,52**	**227.346.031,52**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**313.385.224,00**	**314.385.224,00**	**228.140.211,33**	**143.417.620,69**	**122.286.744,78**	**86.245.012,67**
Pessoal e Encargos Sociais	**243.368.662,00**	**243.368.662,00**	**198.024.725,78**	**120.305.406,52**	**103.113.935,42**	**45.343.936,22**
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**70.016.562,00**	**71.016.562,00**	**30.115.485,55**	**23.112.214,17**	**19.172.809,36**	**40.901.076,45**
DESPESAS DE CAPITAL	**7.758.531,00**	**6.758.531,00**	**236.957,19**	**103.053,70**	**101.768,87**	**6.521.573,81**
Investimentos	**7.758.531,00**	**6.758.531,00**	**236.957,19**	**103.053,70**	**101.768,87**	**6.521.573,81**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**321.143.755,00**	**321.143.755,00**	**228.377.168,52**	**143.520.674,39**	**122.388.513,65**	**92.766.586,48**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2019
PERIODO	SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	16/07/2019
PAGINA	3

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**321.143.755,00**	**321.143.755,00**	**228.377.168,52**	**143.520.674,39**	**122.388.513,65**	**92.766.586,48**
TOTAL	**321.143.755,00**	**321.143.755,00**	**228.377.168,52**	**143.520.674,39**	**122.388.513,65**	**92.766.586,48**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**3.010.978,94**	**11.198.926,66**	**9.048.998,34**	**8.731.124,56**	**476.779,95**	**5.002.001,09**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**7.420,89**	**-**	**-**	**-**	**7.420,89**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**3.010.978,94**	**11.191.505,77**	**9.048.998,34**	**8.731.124,56**	**476.779,95**	**4.994.580,20**
DESPESAS DE CAPITAL	**1.385.001,83**	**6.140.887,00**	**4.543.487,85**	**4.414.424,91**	**4.433,25**	**3.107.030,67**
Investimentos	**1.385.001,83**	**6.140.887,00**	**4.543.487,85**	**4.414.424,91**	**4.433,25**	**3.107.030,67**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**4.395.980,77**	**17.339.813,66**	**13.592.486,19**	**13.145.549,47**	**481.213,20**	**8.109.031,76**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**201.821,67**	**20.210.048,69**	**20.157.881,03**	**15.630,00**	**238.359,33**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**17.774.769,91**	**17.774.769,91**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**201.821,67**	**2.435.278,78**	**2.383.111,12**	**15.630,00**	**238.359,33**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**47.470,91**	**9.019,64**	**-**	**38.451,27**
Investimentos	**-**	**47.470,91**	**9.019,64**	**-**	**38.451,27**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**201.821,67**	**20.257.519,60**	**20.166.900,67**	**15.630,00**	**276.810,60**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2019
PERIODO	SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	16/07/2019
PAGINA	1

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**177.165.411,13**	**171.366.623,72**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**343.748,30**	**528.701,64**
Venda de Mercadorias	236.405,43	382.214,00
Vendas de Produtos	1.030,70	52.825,30
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	106.312,17	93.662,34
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**242,71**	**29,49**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	242,71	29,49
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**176.361.664,44**	**170.435.393,05**
Transferências Intragovernamentais	175.269.517,54	168.107.031,37
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.092.146,90	2.328.361,68
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**186.159,90**	**280.730,10**
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	15.817,53	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	169.983,67	280.730,10
Ganhos com Desincorporação de Passivos	358,70	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**273.595,78**	**121.769,44**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2019	SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

EMISSAO	PAGINA
16/07/2019	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2019	2018
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	6.000,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	273.595,78	115.769,44
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**215.233.267,85**	**174.251.507,81**
Pessoal e Encargos	**124.492.525,10**	**112.988.027,95**
Remuneração a Pessoal	98.877.352,52	88.864.211,72
Encargos Patronais	18.254.663,20	17.165.743,84
Benefícios a Pessoal	7.294.672,76	6.881.022,54
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	65.836,62	77.049,85
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**5.478.855,07**	**5.024.241,12**
Aposentadorias e Reformas	4.000.194,63	3.637.615,70
Pensões	1.453.142,72	1.350.130,19
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	25.517,72	36.495,23
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**24.789.253,00**	**25.621.534,85**
Uso de Material de Consumo	3.471.637,86	3.425.373,91
Serviços	17.869.548,74	19.195.936,34
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.448.066,40	3.000.224,60
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**5.468,40**	**24.631,22**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	4.357,39	23.342,81
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.111,01	1.288,41
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**22.936.058,46**	**26.253.666,54**
Transferências Intragovernamentais	21.774.228,15	23.711.193,03
Transferências Intergovernamentais	64.921,00	35.874,00
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.096.909,31	2.506.599,51
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**34.409.086,03**	**170.761,04**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	6.000,00
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	10.626,42
Incorporação de Passivos	33.839.669,19	331,98
Desincorporação de Ativos	569.416,84	153.802,64

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2019	SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

EMISSAO	PAGINA
16/07/2019	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2019	2018
Tributárias	**41.135,35**	**20.621,76**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.468,61	6.839,65
Contribuições	30.666,74	13.782,11
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**3.080.886,44**	**4.148.023,33**
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	1.555.365,58	2.519.303,38
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.525.520,86	1.628.719,95
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-38.067.856,72**	**-2.884.884,09**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2019	2018

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2019	SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	**PAGINA**
16/07/2019	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	**390.311,12**	**541.613,69**	**Despesas Orçamentárias**	**228.377.168,52**	**196.478.261,88**
Ordinárias	-	-	**Ordinárias**	**220.276.958,34**	**189.315.441,39**
Vinculadas	**503.742,41**	**544.314,10**	**Vinculadas**	**8.100.210,18**	**7.162.820,49**
Educação	1.856,60		Educação	147.117,94	
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	7.606.981,00	6.638.095,28
Alienação de Bens e Direitos	36.664,56		Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	346.111,24	250.574,18
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	465.221,25	544.314,10	Outros Recursos Vinculados a Fundos		274.151,03
Recursos a Classificar		-	Recursos a Classificar		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	**-113.431,29**	**-2.700,41**			
Transferências Financeiras Recebidas	**175.269.517,54**	**168.107.031,37**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**21.773.108,19**	**23.711.193,03**
Resultantes da Execução Orçamentária	151.109.006,48	138.999.232,16	Resultantes da Execução Orçamentária	11.203.814,48	10.256.283,71
Repasse Recebido	139.905.192,00	128.745.018,24	Repasse Concedido		2.069,79
Sub-repasse Recebido	11.203.814,48	10.254.213,92	Sub-repasse Concedido	11.203.814,48	10.254.213,92
Independentes da Execução Orçamentária	24.160.511,06	29.107.799,21	Independentes da Execução Orçamentária	10.569.293,71	13.454.909,32
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	23.255.271,63	28.144.069,70	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	10.304.677,89	13.353.310,85
Movimentação de Saldos Patrimoniais	905.239,43	963.729,51	Movimento de Saldos Patrimoniais	264.615,82	101.598,47
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**106.707.144,71**	**68.326.194,93**	**Pagamentos Extraorçamentários**	**33.748.796,79**	**17.663.094,04**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	21.132.160,74	3.445.911,91	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	20.166.900,67	905.436,92
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	84.856.494,13	64.541.793,02	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	13.145.549,47	16.558.045,40
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	434.358,62	201.679,75	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	434.757,62	199.611,72
Outros Recebimentos Extraorçamentários	284.131,22	136.810,25	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.589,03	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	21.372,00	35.211,78	Demais Pagamentos	1.589,03	
Arrecadação de Outra Unidade	262.759,22	101.598,47			
Saldo do Exercício Anterior	**23.967.322,49**	**4.382.119,82**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**22.435.222,36**	**3.504.410,86**
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.967.322,49	4.382.119,82	Caixa e Equivalentes de Caixa	22.435.222,36	3.504.410,86
TOTAL	**306.334.295,86**	**241.356.959,81**	**TOTAL**	**306.334.295,86**	**241.356.959,81**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2019
PERIODO	SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	16/07/2019
PAGINA	1

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2.956.448,73**	**4.876.913,07**
INGRESSOS	**176.320.281,94**	**168.951.923,28**
Receitas Derivadas e Originárias	**353.646,56**	**541.613,69**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	44.315,36	20.496,92
Receita Agropecuária	236.405,43	382.214,00
Receita Industrial	1.030,70	52.825,30
Receita de Serviços	61.058,51	72.066,50
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	10.836,56	14.010,97
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	**175.966.635,38**	**168.410.309,59**
Ingressos Extraorçamentários	434.358,62	201.679,75
Transferências Financeiras Recebidas	175.269.517,54	168.107.031,37
Arrecadação de Outra Unidade	262.759,22	101.598,47
DESEMBOLSOS	**-173.363.833,21**	**-164.075.010,21**
Pessoal e Demais Despesas	**-133.220.945,08**	**-123.115.256,11**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-4.956.763,62	-4.987.729,54
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-128.285.553,46	-118.074.735,35
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-88.003,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2019	SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO	PAGINA
16/07/2019	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	21.372,00	35.211,78
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-17.933.433,29**	**-17.048.949,35**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-17.868.512,29	-17.013.075,35
Outras Transferências Concedidas	-64.921,00	-35.874,00
Outros Desembolsos Operacionais	**-22.209.454,84**	**-23.910.804,75**
Dispêndios Extraorçamentários	-434.757,62	-199.611,72
Transferências Financeiras Concedidas	-21.773.108,19	-23.711.193,03
Demais Pagamentos	-1.589,03	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-4.488.548,86**	**-5.754.622,03**
INGRESSOS	**36.664,56**	-
Alienação de Bens	**36.664,56**	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	**-4.525.213,42**	**-5.754.622,03**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-4.525.213,42**	**-5.746.765,93**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	**-7.856,10**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2019	SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

EMISSAO	PAGINA
16/07/2019	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2019	2018
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**-1.532.100,13**	**-877.708,96**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**23.967.322,49**	**4.382.119,82**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**22.435.222,36**	**3.504.410,86**